

DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR¹

Adilson Francelino Alves²
Adriana Martin Ramazotti Alves³
Luiz Claudio Borile⁴
Fernando Henrique Baena Alli⁵
Flávia Nascimento Giongo⁶

RESUMO

Este texto apresenta apontamentos da interface entre a proposição de políticas públicas e os desafios para a consolidação de iniciativas concretas situadas na diversidade social, cultural e territorial brasileira. São apresentadas algumas análises de dados coletados durante as atividades do Projeto *Desenvolvimento das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná*, financiado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – (SETI) e pesquisa aplicada durante o congresso da UNICAFES, realizado em Brasília em julho de 2011, junto a 141 lideranças do cooperativismo solidário das cinco regiões do Brasil. O texto procura a partir de um cenário do cooperativismo a nível mundial discutir algumas questões e desafios para implantação, expansão e consolidação de políticas públicas para a consolidação do cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo; Políticas públicas; Organização social; Educação cooperativa.

1 INTRODUÇÃO

É fato que a humanidade sempre cooperou. A vida em sociedade só existe em função dessa cooperação. Exemplos existem em toda a história como o da Mesopotâmia, em que a maior parte dos sistemas de irrigação era comunitária, ou na Grécia e em Roma, civilizações clássicas, que demonstraram grande espírito cooperativo. Modernamente, as cooperativas surgiram na Inglaterra, em 1844, decorrentes de um movimento social de trabalhadores da área têxtil que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho, e que viram na cooperação uma alternativa de melhorar as duras condições a que estavam submetidos.

No Brasil, as cooperativas surgiram no início do século XX. Contudo, apesar da importância da cooperação e solidariedade social, a participação das cooperativas na economia e na sociedade brasileira é ainda muito pequena se

¹ Pesquisa apoiada com recursos da Fundação Araucária.

² Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste – Campus de Francisco Beltrão, pesquisador do Grupo de Estudos Territoriais - GETERR e coordenador do projeto: Desenvolvimento das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná. adilsonfalves@gmail.com

³ Pedagoga, especialista em Gestão política pedagógica escolar pela Unioeste-FBE. dri.ramazotti@yahoo.com.br

⁴ Advogado especialista em Direito Público pela Unioeste-FBE. lcborille@hotmail.com

⁵ Estudante do Curso de Direito – UNIOESTE-FBE Campus de Francisco Beltrão, membro do Grupo de Estudos Territoriais GETERR e bolsista no projeto. fernando_alli@hotmail.com

⁶ Estudante do Curso de Direito- UNIOESTE-FBE Campus de Francisco Beltrão bolsista PIBIC – Unioeste. flaviangiongo@gotmail.com



comparada com outras nações. Segundo, o professor José Horta Valadares da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em muitos países os associados de cooperativas atingem elevadas proporções em relação à população total. Considerando somente as cooperativas vinculadas à Aliança Cooperativa Internacional – ACI, esta proporção atingia, em meados da década de 1990, entre 70% e 79% da população da Áustria, Canadá, Chipre, Finlândia, Israel e Uruguai. 61% na França, entre 50% e 59% na Bélgica e Noruega, e se situava entre 40% e 49% na Dinamarca, Índia, Japão, Malásia, Portugal, Sri Lanka e Estados Unidos. No início da década de 1990, as cooperativas de consumo foram responsáveis por 50% das vendas na Suíça e 34% na Dinamarca; as cooperativas de crédito foram responsáveis por 17% dos negócios de captação de poupança e, as de seguros, assumiram 20% do mercado europeu. No que se refere ao crédito os associados das cooperativas do tipo *credit unions* representavam entre 35% a 45% da população adulta da Austrália, Canadá, Irlanda e Estados Unidos da América.

Dados mais atuais divulgados pela ACI na *Eco Expo* realizada em Portugal em outubro de 2008 apontaram que: na Argentina existem aproximadamente 17.941 cooperativas que agregam 9,1 milhões de associados; na Colômbia 8,01% da população integra alguma organização cooperativa somando 3,3 milhões de pessoas; no Canadá, 40% dos cidadãos são membros de pelo menos uma cooperativa; enquanto nos Estados Unidos 25% da população total é associada a alguma organização cooperativa. Na Europa, o cenário do cooperativismo está composto da seguinte forma: na Bélgica, havia 29.933 sociedades cooperativas em 2001; Na Alemanha, existem 20 milhões de membros de cooperativas o que representa 25% da população total. Na Ásia os principais dados são: no Japão uma em cada três famílias é membro de uma cooperativa; na Índia, mais de 239 milhões de pessoas são membros de uma cooperativa e em Cingapura aproximadamente 50% da população participam de alguma cooperativa.

Ainda segundo dados da ACI, em 2011, o cooperativismo reunia aproximadamente um bilhão de pessoas distribuídas em de 100 países e gerando quase 100 milhões de empregos. No Brasil, no mesmo ano havia 5.762 milhões de cooperados, algo em torno de 3% da população total e gerava 182 mil empregos.

E, em 2010, as 300 maiores cooperativas do mundo tiveram uma movimentação econômico-financeira de US\$ 1,6 trilhão, vale lembrar que o PIB brasileiro naquele ano, segundo dados do IBGE, foi de 3,6 trilhões de reais, sendo



responsáveis por um volume de transações econômicas de aproximadamente de 6% do nosso Produto Interno Bruto – PIB.

No Brasil, na década passada, ao observarmos o cooperativismo empresarial, houve um enorme avanço do número de cooperativas, segundo dados da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, entre 2000 e 2007 as cooperativas a ela filiadas cresceu 29,97%, passando de 5.903 para 7.672.

Contudo, este crescimento tem deixado de lado as iniciativas de cooperativas populares, da agricultura familiar e da economia solidária. Para enfrentar alguns desses problemas, em 2005 foi criada a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES que tem como objetivo articular e organizar experiências produtivas da economia popular que estavam sendo gestadas e não encontravam apoio no cooperativismo empresarial.

Esta entidade foi constituída com o intuito de servir de apoio para os agricultores familiares na articulação de cadeias produtivas ligadas à pequena propriedade e a setores da economia solidária. Em seus objetivos a UNICAFES busca meios para desenvolver uma agricultura sustentável, de modo a promover o desenvolvimento econômico e elevar a qualidade de vida para as pessoas que atuam nesses setores de produção.

O foco do trabalho da UNICAFES centra-se na organização de cooperativas de produção, comercialização, capilarização do microcrédito e outros ramos que envolvem a economia solidária. Também visa articular, propor e gerir as políticas públicas cujo foco e tônica se endereçam aos setores desprivilegiados da sociedade brasileira.

Portanto, a tarefa assumida pela UNICAFES de organizar e articular o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária a nível nacional apresentam enormes desafios devido à complexidade, desigualdades e particularidades regionais construídas historicamente no Brasil, bem como, os novos contornos competitivos assumidos pela globalização, novas tecnologias e mudanças nos padrões produtivos em curso.

Estas cooperativas tem o potencial de fornecer, principalmente, aos pequenos municípios, uma fonte de desenvolvimento, pois se propõem a organizar cadeias produtivas propiciando a agregação de valor aos produtos locais. Além disso, elas têm se comportado como difusoras de conhecimento técnico, ideias inovadoras de organização social, desenvolvimento sustentável, construção e articulação de redes,



enfim, tem o potencial de reposicionar os recursos disponíveis (econômicos, humanos e ambientais) em um novo patamar.

Segundo o professor Valadares, as necessidades do mundo contemporâneo se articulam perfeitamente ao conjunto de valores que o cooperativismo vem construindo ao longo de quase dois séculos que seria, em poucas palavras, a construção “em torno do valor maior, qual seja a promoção de um ambiente social no qual a Humanidade seja o centro das considerações para um desenvolvimento sustentável e voltado à Paz”. Ainda segundo ele, o cooperativismo demonstra que a natureza do econômico só se completa na dimensão social da vida em comunidade, e complementa que, o cooperativismo tem demonstrado ser possível gerar desenvolvimento econômico sem exclusão, desemprego, concentração de renda e fome. Há, no entanto, um longo caminho a percorrer para que os ideais de um cooperativismo solidário e difusor de práticas sociais, econômicas e sustentáveis se consolidem. Contudo, é necessária não perder de vista a compreensão e a percepção de que vivemos atualmente em um cenário cada vez mais competitivo com diversas revoluções produtivas, sociais e tecnológicas em curso e um rural em profunda transformação que precisa ser organizado e rearticulado em novas bases que, ao mesmo tempo, valorizem as potencialidades locais e as conecte de forma competitiva com esse cenário de transformações e crises profundas que o mundo está vivendo. No próximo tópico esporemos alguns dos desafios para a construção do cooperativismo de economia solidária.

2 DESAFIOS ORGANIZACIONAIS PARA A UNICAFES

Dados do Ministério do Desenvolvimento agrário (MDA) de 2009 apontavam, com base no censo agrícola de 2006, que o Brasil tem se olharmos apenas a Agricultura Familiar, mais de 4.3 milhões de propriedades que ocupam 24,3% das terras agricultáveis, emprega 12,3 milhões de trabalhadores e produz: 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% dos bovinos. No aspecto econômico, contribui com 54 bilhões no que se refere ao valor bruto da produção agrícola. Contudo, como ilustra a figura 2, estas propriedades estão espalhadas por todo o território nacional de forma desigual constituindo assim, o primeiro grande desafio a ser superado pela UNICAFES nos seus objetivos de organizar os diversos setores da agricultura familiar e economia solidária. Dois outros desafios estruturais de históricos da



sociedade brasileira são a concentração de pobreza no campo e a baixa escolaridade das populações rurais, segundo dados do IBGE de 2010, o analfabetismo, embora tenha diminuído na primeira década desse século, é ainda muito grande nas áreas rurais. O analfabetismo diminuiu de 10,2% para 7,3%, na área urbana, e de 29,8% para 23,2% na área rural. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (2012), em relação à pobreza, o rural apesar de representar apenas 15,6% da população brasileira concentra 46,7% do total da pobreza do país (figura 1). O quadro 1 mostra a distribuição da população rural no Brasil, que, segundo dados do IBGE 2010 somava quase trinta milhões de pessoas. As regiões com maior população rural são em ordem decrescente: Nordeste 47,8%, Sudeste 19,1%, Norte 14,1%, Sul 13,8 e Centro-oeste com 5,2%.

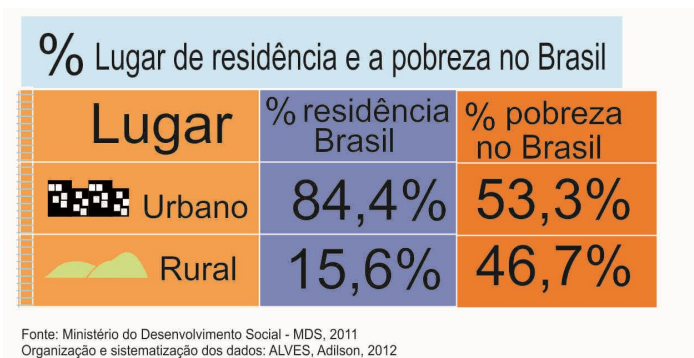


Figura 1: Percentual da pobreza no Brasil por lugar de residência

Embora argumentos de que o critério para definir pobreza rural seja apenas a renda monetária e, não levam em consideração a produção de alimentos para o autoconsumo, ou o baixo custo de itens que têm preço expressivo no urbano como moradia, transporte, energia, dentre outros. É preciso compreender os índices são muito expressivos e precisam ser enfrentados com políticas públicas específicas e direcionadas a possibilitar maiores e melhores oportunidades para que se rompa esse ciclo de miséria e desinformação.

Desta forma, ao observarmos os contrastes entre as riquezas criadas, a pobreza e o analfabetismo no campo verificaremos que, o trabalho organizador e articulador da UNIFACES se propõe, tem um papel fundamental no enfrentamento destes problemas históricos.

Quadro 1 Distribuição da população rural por região do Brasil (2010)

Regiões	Número	%
Norte	4.202.494	14,1
Nordeste	14.261.242	47,8
Centro-oeste	1.570.468	5,2
Sudeste	5.691.847	19,1
Sul	4.126.935	13,8
Total	29.852.986	100,0

Dados do IBGE, Organização Alves, Eliseu et al (2012).

Desse modo, uma das questões mais impactantes para a organização de cooperativas é a baixa escolaridade da população brasileira, sobretudo dos mais pobres, e a pequena difusão da cultura cooperativista. Estas duas questões articuladas entre si trazem problemas adicionais relativos ao surgimento de lideranças e cooperados aptos a compreenderem os desafios do cooperativismo solidário. Estas duas grandes questões nacionais impactam tanto nas políticas de formação de novas cooperativas quanto nas questões administrativas/legais mais cotidianas das cooperativas já formadas. Este é um problema que deve ser enfrentado de forma direta pela UNICAFES, uma vez que, a longo e médio prazo, a ausência de líderes, pode comprometer o desenvolvimento de atividades vitais dentro e fora das cooperativas como, por exemplo, a representação política da mesma frente a órgãos governamentais, e a perda do patrimônio social e organizacional já acumulado.

Contudo, articular e organizar as cooperativas não é tarefa simples, a complexidade produtiva do rural e o urbano periférico brasileiro exige que o cooperativismo englobe vários ramos tais como: crédito, produção, trabalho, comercialização, assistência técnica e infraestrutura da agricultura familiar e economia solidária. O mapa 2 ilustra a distribuição e a organização de cooperativas filiadas a UNICAFES nas cinco regiões do país.

Em outubro de 2011 a UNICAFES estava organizada em todas as regiões do país e contava com 618 cooperativas e 262.251 associados distribuídos em 23 estados da Federação. Ainda é uma atuação tímida frente às estimativas e levantamentos governamentais em Juntas Comerciais que apontam para a existência de aproximadamente 24 mil cooperativas sem representação, tanto do sistema UNICAFES ou da OCB. Ao desmembrarmos os dados observados no quadro 2, diferenças regionais significativas, verifica-se uma distribuição



desproporcional que revela, em grande medida, as diferenças culturais, étnicas, históricas e econômicas do Brasil.

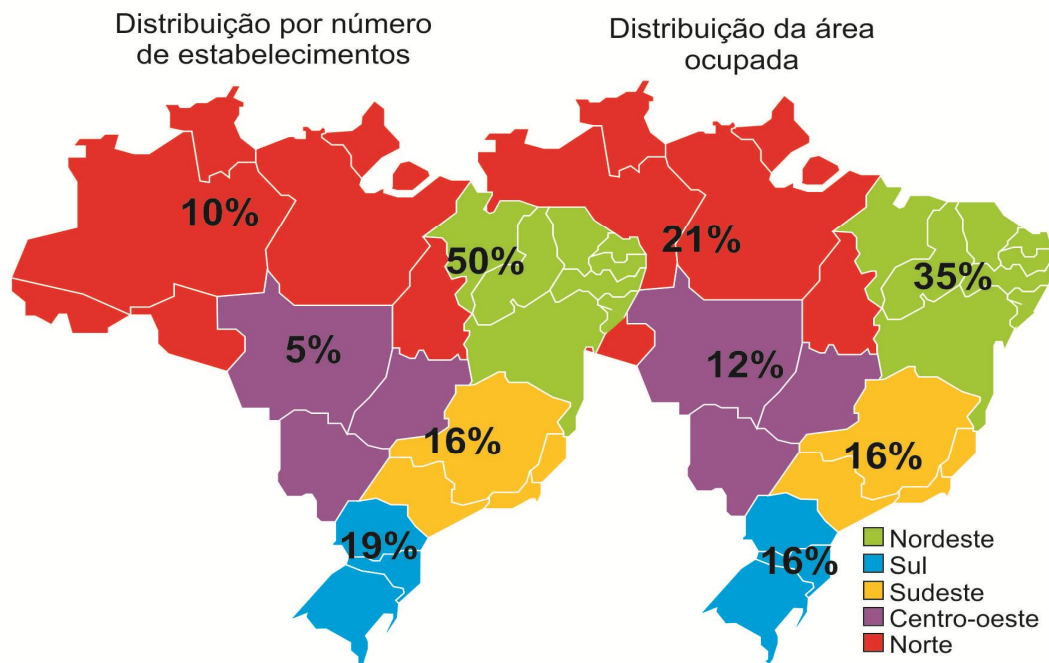


Figura 2: Distribuição do número de estabelecimentos da agricultura familiar e área ocupada por região do país.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) 2009. Ilustração e organização: Alves, A.F, 2011.

A figura 3, consolida o número de cooperativas e sócios por região do Brasil, se comparado com a figura 2 (Distribuição do número de estabelecimentos da agricultura familiar e área ocupada por região do país) observamos a irregular distribuição das terras, das propriedades e da organização dos trabalhadores, com menores índices de cooperativas e sócios nas regiões Norte, Centro-oeste e Sudeste.

A importância agrícola das regiões Centro-oeste e Sudeste é muito grande bem como a importância ambiental da região Norte com a Amazônia e a Centro - Oeste com o Serrado devem se constituir em elementos fundamentais para pensar as estratégias de desenvolvimento de cooperativas.

A região Sul é a que apresenta simultaneamente o maior número de cooperados quanto de cooperativas, registrando, respectivamente 67,34% e 48,05%. Na outra extremidade, com os menores índices, figura a região Sudeste com apenas 1,42% cooperados e 7,44% cooperativas.

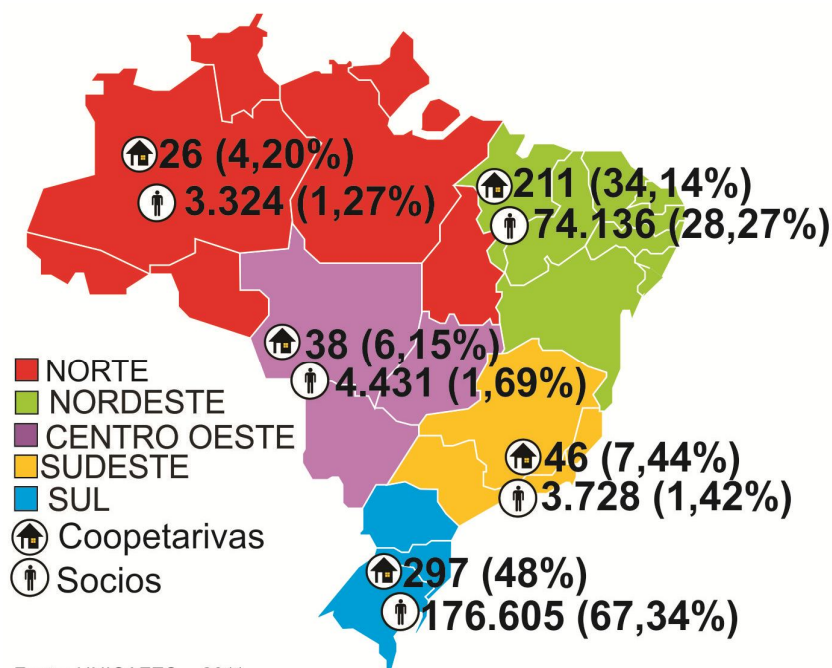


Figura 3. Distribuição territorial das cooperativas de agricultura familiar e economia Solidária filiada ao Sistema UNICAFES -Por região do Brasil (percentual)

O Paraná é o estado com maior número de cooperados, 84.316 pessoas, sendo dessa forma, responsável por aproximadamente 32,15% de todos os associados do país. No que diz respeito às cooperativas, esse estado também apresenta os números mais elevados, com 23,46% das unidades, superando assim, toda a região Centro-Oeste, Norte e Sudeste com seus valores somados, as quais, dessa forma, contabilizam 17,79% do total de cooperativas. Inversamente a esta realidade está o estado da Paraíba, contando com apenas duas cooperativas, 0,32% do total e 72 associados o que correspondente a 0,02% do total.

Os contrastes verificados no Brasil no que se refere à organização das cooperativas devem ser observados de forma multifatorial, considerando as singularidades regionais. Dentre os aspectos observados estão questões culturais, processos colonizadores e históricos, formação social, políticas públicas de expansão territorial e aspectos sociológicos e antropológicos da formação do Brasil que precisam ser respeitadas, analisadas e compreendidas para que, desta forma, o incremento do número de cooperativas ocorra de forma a garantir um crescimento sustentável no médio e longo prazo, mas esta é apenas uma parte da equação.

Quadro 2: Nº DE COOPERATIVAS E ASSOCIADOS POR ESTADO

REGIÃO	ESTADO	COOPERATIVAS	ASSOCIADOS
CENTRO OESTE	GO	20	3.243
	MT	14	726
	MS	04	462
	Total	38	4.431
SUL	RS	76	62.536
	SC	76	29.753
	PR	145	84.316
	Total	297	176.605
NORDESTE	AL	17	4.148
	MA	24	2.560
	PE	37	7.203
	PI	11	1.277
	BA	77	55.989
	SE	01	40
	RN	11	939
	PB	02	72
	CE	31	1.935
	Total	211	74.163
NORTE	TO	05	627
	RO	03	628
	RR	03	488
	AM	05	594
	PA	10	987
	Total	26	3.324
SUDESTE	MG	10	928
	ES	15	1.704
	RJ	21	1.096
	Total	46	3.728
Total Geral		618	262.251

Fonte: UNICAFES sistematizada pelos autores em novembro 2011.

O quadro 3 mapeia a escolaridade dos 141 dirigentes das cooperativas da amostra. Observa-se que há, no geral, um razoável nível de escolaridade com 67,4% possuindo até o ensino médio completo sendo que 14,9% não possuem o ensino fundamental completo. Contudo, é necessário observar que a escolaridade formal é apenas uma parte da equação para a construção do cooperativismo e, que se forem feitas as devidas parcerias com universidades e escolas técnicas é facilmente solucionável. O maior desafio para cooperativismo solidário (em função da gestão compartilhada e não gerencial das grandes cooperativas) é a formação continuada dos dirigentes em áreas gerenciais específicas como: direito, contabilidade, marketing, administração, informática, políticas públicas, dentre outros. Como demonstra o quadro 5 no tópico onde são abordadas os principais desafios identificados como problemas a serem enfrentados pelas cooperativas.

Quadro 3: Escolaridade dos dirigentes

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Primeira a quarta série	10	7,1%	7,1%
Ensino Fundamental incompleto	11	7,8%	14,9%
Ensino Fundamental completo	12	8,5%	23,4%
Ensino médio incompleto	10	7,1%	30,5%
Ensino médio completo	52	36,9%	67,4%
Curso superior completo	29	20,6%	87,9%
Curso superior incompleto	16	11,3%	99,3%
NS/NO	1	0,7%	100,0%
Total	141	100,0%	

Dados coletados em Julho de 2011 no III Congresso da UNICAFES em Brasília-DF.

Os aspectos culturais, históricos e a pulverização territorial associada aos micro empreendimentos cooperativos (quadro 4) apontam para os enormes desafios organizacionais a serem enfrentados pela UNICAFES na sua tarefa de promover e articular o setor. Aliado a isso, ocorre também a ramificação das cooperativas em diferentes setores da economia, este processo está vinculado à característica central da agricultura familiar e da economia solidária que, por essência, são atomizados. Deste modo, os desafios organizacionais são amplificados por este fenômeno.

Outro aspecto a ser levado em consideração insere-se em um dos primeiros princípios do cooperativismo “associação voluntária e aberta”, a baixa cultura cooperativista existente no país aliada a pouca escolaridade, dificulta a participação efetiva e consciente dos sócios na vida da cooperativa.

Assim, a participação dos sócios nessas cooperativas é regulada por um dos princípios basilares do Cooperativismo que é uma união de caráter voluntário. Desta forma, o cooperado precisa estar ciente de que é necessário trabalhar ativamente em prol de sua cooperativa, atuando nas tomadas de decisão, primando sempre pela responsabilidade de suas ações, pois estas impactam positiva ou negativamente na cooperativa.

O quadro 4 mapeia o tamanho das cooperativas de acordo com a amostra coletada no III Congresso. Observa-se que 54,6% das cooperativas possuem entre 10 e 500 membros, sendo que 44,7% possuem de 10 até 200 membros. Isto demonstra que o gerenciamento das cooperativas é realizado de forma direta e linear pelos próprios cooperados, na maioria das vezes, sem o intermédio de gestores profissionais.



Quadro 4: Quantidade aproximada de filiados da cooperativa

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
De 10 a 20	6	4,3%	4,3%
De 21 a 30	8	5,7%	9,9%
De 31 a 40	5	3,5%	13,5%
De 41 a 50	8	5,7%	19,1%
De 51 a 100	18	12,8%	31,9%
De 101 a 200	18	12,8%	44,7%
De 201 a 500	14	9,9%	54,6%
Acima de 500	39	27,7%	82,3%
Outra	3	2,1%	84,4%
Mais de 600	1	0,7	85,1%
Mais de 1.500	1	0,7	85,8%
Mais de 2.000	2	1,4%	87,2%
Acima de 7.000	1	0,7%	87,9%
NS/NO	17	12,1%	100,0%
Total	141	100,0%	

Dados coletados em Julho de 2011 no III Congresso da UNICAFES em Brasília-DF.

2.1 Principais problemas enfrentados pelas Cooperativas

A horizontalidade e informalidade na governança das cooperativas trazem, por outro lado, uma série de desafios em função da complexidade das normas cooperativistas. Observa-se em casos empíricos a formação de uma tríade que levam à má gestão das cooperativas: baixa escolaridade, complexidade normativa e baixa participação dos sócios. Mesmo as cooperativas já constituídas enfrentam diversos problemas de ordem organizacional. Durante os anos de 2009 a 2011, foi perguntado aos dirigentes das cooperativas, dos diversos ramos e regiões do Brasil, quais eram os principais problemas enfrentados por eles na gestão dos empreendimentos. Os dados sistematizados e sintetizados abaixo revelam que os maiores problemas originam-se nas questões relativas à complexa e ultrapassada legislação, as questões de contabilidade, finanças e questões administrativas. Também foi observada a confluência de múltiplos problemas identificados pelos gestores em diversas cooperativas e em todos os ramos e regiões. Isso aponta, para o fato de que é necessária uma revisão na legislação vigente (Lei 5.764/71), bem como, uma maior atenção da UNICAFES no enfrentamento destes desafios.



Quadro 5: Principais problemas enfrentados por sua cooperativa

	Frequência	Porcentagem
Legislação	14	9,9%
Contabilidade/finanças	21	14,9%
Administrativa	17	12,1%
Assistência técnica	24	17,0%
Comunicação com os sócios/comunidade	23	16,3%
Legislação e assistência técnica	3	2,1%
Comunicação com os sócios/comunidade e assistência técnica	3	2,1%
Administrativa e assistência técnica	6	4,3%
Legislação, contabilidade/finanças e comunicação com os	1	0,7%
Contabilidade/finanças, administrativa, assistência técnica e comunicação com os sócios/comunidade	1	0,7%
Legislação e contabilidade/finanças	5	3,5%
Contabilidade/finanças e comunicação com os sócios	1	0,7%
Todas as opções	2	1,4%
Legislação, contabilidade/finanças, administrativa e assistência técnica	1	0,7%
Administrativa e comunicação com os sócios/comunidade	1	0,7%
Administrativa, assistência técnica e comunicação com os	2	1,4%
Contabilidade/finanças e assistência técnica	1	0,7%
Legislação e administrativa	1	0,7%
NS/NO	14	9,9%
Total	141	100,0%

Dados coletados em Julho de 2011 no III Congresso da UNICAFES em Brasília-DF.

Diante dos dados, nota-se que um dos maiores problemas enfrentados pelas cooperativas refere-se à assistência técnica, representando 17% das respostas; outra dificuldade apresentada refere-se à comunicação com os sócios/comunidade, 16,3%.

Contudo, outros problemas históricos da formação do Brasil também afetam diretamente as cooperativas, mas não foram esmiuçados no quadro 3, mas que devem ser lembrados: nível de escolaridade dos sócios, a distribuição de renda, as desigualdades regionais, a baixa capilaridade e/ou ausência de crédito dentre outros fatores.

3 CONCLUSÃO

Os contrastes verificados no Brasil no que se refere à organização das cooperativas devem ser observados de forma multifatorial considerando as singularidades regionais. Dentre os aspectos observados estão questões culturais, processos colonizadores e históricos, formação social, políticas públicas de expansão territoriais e aspectos sociológicos e antropológicos da formação do Brasil que precisam ser respeitadas, analisadas e compreendidas para que, desta forma, o incremento do número de cooperativas ocorra de forma a garantir um crescimento



sustentável no médio e longo prazo.

O intuito da organização das cooperativas como forma de melhorar a qualidade de vida e como meio de melhoria da renda, vem ganhado maior ênfase no Brasil a partir de meados da década de 1990, quando se percebeu o quão eficaz podem ser esses instrumentos, desde que, os objetivos sejam partilhados e trabalhados por todos. Contudo, os desafios para implantação de cooperativas da agricultura familiar e economia solidária são enormes e necessitam serem estudados, bem como, amparadas por políticas públicas específicas que lhe direcionem recursos financeiros e humanos para possibilitar, além das condições mínimas de funcionamento, garantias de comercialização e crédito que possibilite aos agricultores e empreendimentos urbanos da economia solidária as condições necessárias à continuidade do trabalho e a superação das dificuldades atualmente enfrentadas.

Diante dessas considerações, percebe-se a importância das cooperativas no processo de melhoria dos processos de desenvolvimento territorial. Pois elas podem propiciar a criação de meios e espaços democráticos de participação popular onde, a organização cooperada pode influenciar no desenho de políticas públicas inclusivas que possibilitem romper com as enormes diferenças regionais. Contudo, a análise da real situação dos agricultores e de suas demandas, aliado a um planejamento constante de expansão sustentável, que leve em conta a necessidade de se estruturar as cooperativas de forma organizada, deve ser o norteador da UNICAFES.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Adilson Francelino. (coord.). Relatório Projeto Desenvolvimento das Cooperativas De Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná, 2009.

ALVES, Adilson Francelino. Relatório da Pesquisa: Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, 2011. (Mimeo).

ALVES, Eliseu O que falaram os censos do IBGE. Embrapa, 2012. 34 Slides: color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

BELON, Ivone. O direito cooperativo no brasil e sua interface com o desenvolvimento social das cooperativas da agricultura familiar. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, monografia, 2011.

BORILE, Luiz Claudio. A Lei do Cooperativismo e sua função social no Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Universidade



Estadual do Oeste do Paraná, monografia, 2010.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo, Editora Martins fontes, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário, 2006.

FONTANA, Felipe. A presença de Durkheim em Oliveira Vianna: novas contribuições ao pensamento político brasileiro. Maringá Mimeo. 2011.

GOMES, Ângela de Castro. A praxis corporativa de Oliveira Vianna. Pp. 46-61 In: O pensamento de Oliveira Vianna. Og. Bastos, Elide Rugai e Moraes, João Martin de. Campina: Editora da Unicamp, 1993.

Revista Unicafe- Paraná sd.

TEDESCO, João Carlos. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Editora UPF, 2001.

Valadares, José Horta. A Moderna Administração em Cooperativas. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. SD

IBGE (2010). Censo demográfico: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2017&id_pagina=1 . Acesso em 12/04/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) . O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Disponível em: www.mds.gov.br/.../noticias/.../11.05.02_Nota_Tecnica_Perfil_A.doc. Acesso: 25/06/2011.

